



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DA 6ª RELATORIA
CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA

TCE - TO

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº /2016 – 2ª Câmara

- 1. Processo nº:** 4247/2015.
2. Classe de Assunto: 04 – Prestação de Contas.
2.1. Assunto: 02 - Prestação de Contas Consolidadas – Exercício de 2014.
3. Responsável: Paulo Sérgio Torres Fernandes, Prefeito.
4. Entidade: Município de Rio da Conceição/TO.
5. Relator: Conselheiro Alberto Sevilha.
6. Rep. do Min. Público: Procurador de Contas Oziel Pereira dos Santos.

EMENTA: PARECER PRÉVIO. MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS/TO. CONTAS CONSOLIDADAS. EXERCÍCIO DE 2014. PARECER PELA APROVAÇÃO. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS ELABORADOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO PERTINENTE. ATENDIMENTO AS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. FALHAS DE NATUREZA FORMAL RECOMENDAÇÕES. REMESSA À CÂMARA LEGISLATIVA PARA JULGAMENTO.

7. DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que versam sobre a Prestação de Contas Consolidadas do Município de Conceição do Tocantins/TO, relativa ao exercício financeiro de 2014, sob a gestão do Senhor Paulo Sérgio Torres Fernandes, Prefeito, encaminhada a esta Corte de Contas para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I, da Constituição Estadual, artigo 1º, I, da Lei nº 1.284/2001, e artigo 25, do Regimento Interno.

Considerando que compete ao Tribunal, apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, na conformidade do artigo 31, §1º, da Constituição Federal; artigos 32, §1º e 33, I, da Constituição Estadual; artigo 82, §1º, da Lei 4.320/64, artigo 57, da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 1º, I, e 100, da Lei nº 1.284/2001.

Considerando que ao emitir Parecer Prévio o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, de acordo com a análise da gestão contábil; financeira, orçamentária e patrimonial, ficando o julgamento das mesmas, sujeito às Câmaras Municipais;

Considerando que esta decisão não elide a competência desta Corte de Contas, quanto ao julgamento individualizado dos atos do gestor, enquanto ordenador de despesas, uma vez que as improbidades detectadas nas auditorias realizadas no município, serão analisadas nas contas de ordenador, as quais serão julgadas por esta Corte, aplicando-se as sanções cabíveis quando for o caso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DA 6ª RELATORIA
CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA

TCE - TO

Considerando que o Município cumpriu os limites constitucionais e legais, no que concerne às despesas com a manutenção e desenvolvimento de ensino; ações e serviços públicos de saúde; gasto total com pessoal; remuneração dos profissionais do magistério, e repasse ao Legislativo, bem como apuração de superávit financeiro.

Considerando que a referida prestação de contas atende ao disposto nos artigos 101 a 104, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme demonstrado na análise realizada.

Considerando que a elaboração do parecer prévio não envolve o exame de responsabilidades dos administradores, conforme esclarece o art. 104, da LOTCE.

Considerando que foi garantido ao responsável o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, conforme determina o art. 5º, LV, da Constituição Federal;

Considerando ainda, a análise empreendida pela equipe técnica, os pareceres emitidos pelo Corpo Especial de Auditores e pelo Ministério Público de Contas, bem como as razões expostas pelo Relator em seu VOTO,

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão Ordinária da 2ª Câmara:

7.1. Emitir Parecer prévio pela **APROVAÇÃO** das contas anuais consolidadas do Município de Conceição do Tocantins/TO, referentes ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor Paulo Sérgio Torres Fernandes, nos termos do inciso I, do art. 1.º e inciso III, do art. 10, ambos da Lei n.º 1.284, de 17 de dezembro de 2001 c/c art. 28, do Regimento Interno, deste Tribunal de Contas.

7.2. Recomendar ao gestor atual que adote as providências necessárias à regularização das impropriedades apontadas no item 14 do voto, e evite reincidências.

7.3. Esclarecer que esta decisão não elide a competência desta Corte de Contas quanto ao julgamento individualizado, quando do exame dos atos de gestão, enquanto ordenador de despesas.

7.4. Esclarecer à Câmara Municipal, que nos termos do art. 107, da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das referidas contas a este Tribunal de Contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DA 6ª RELATORIA
CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA

TCE - TO

7.5. Determinar a publicação desta Decisão no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, para que surta os efeitos legais necessários.

7.6. Determinar à Segunda Câmara que cientifique o responsável, do teor da presente Decisão, por meio processual adequado, para efeito de conhecimento.

7.7. Após, cumpridas as formalidades legais e regimentais, sejam os autos enviados à Coordenadoria de Protocolo Geral, para remessa à Câmara Municipal de Conceição do Tocantins/TO, para providências quanto ao julgamento das contas, observando os termos da Portaria nº 372, de 08 de abril de 2013.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos dias do mês de de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO - PRESIDENTE (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matrícula: 240040

Código de Autenticação: b55353894f869b27590c8b8afef45202 - 05/04/2016 15:59:07

ALBERTO SEVILHA - RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matrícula: 238422

Código de Autenticação: ff58da84848f9691d3ae6179e0616ea5 - 05/04/2016 16:09:27

RAQUEL MEDEIROS SALES DE ALMEIDA - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matrícula: 234494

Código de Autenticação: 5556fdae78be9431cd6fafcc2a8b4957 - 05/04/2016 16:04:51